

*"Das naus perdidas
quem sabe o rumo
se é tão grande o espaço?"*

CASTRO ALVES

Com este capítulo inicio a etnografia da territorialidade marítima, cujos termos básicos, a ordem hierárquica e a retórica igualitária se constroem e se vivenciam em práticas solidárias feitas de familiaridade, de ritualismo, de cooperação e sobretudo de processos comunicativos específicos.

O primeiro tema é o fundamento mais marcante na experiência pesqueira da natureza: o fato dos pescadores produzirem e se relacionarem socialmente em dois meios, a terra e o mar. É fundamental para a interpretação dos fenômenos que ocorrem na pesca não perder de vista que o mar, espaço produtivo que é também o referencial ideológico e espacial dos pescadores, é considerado de posse comum. Fato que reverbera na percepção que dele têm as comunidades marítimas e repercute nas suas práticas sociais.

É sobre este distanciamento da terra e sobre a especificidade da produção marítima que passo a falar.

No seu movimento existencial e produtivo em dois meios, o pescador tem na distância da terra, na constituição do *bote* e no risco e na mobilidade do mar, os seus maiores desafios. É também na esfera do espaço indiviso que se constroem os códigos simbólicos que constituem a territorialidade marítima, viabilizando e ordenando a apropriação da natureza pelos pescadores. Esses códigos simbólicos se expressam em práticas e comportamentos que resultam de concepções compartilhadas e tornam possível a concordância entre as inteligências (Durkheim apud Bourdieu, 1989:9). Pensando a experiência pesqueira nos termos inspirados pelo mar, podemos dizer que a sua indivisão se apoia sobre formas complexas e elaboradas de divisão. Sendo o mar considerado patrimônio da humanidade e meio de posse comum, a sua exploração se viabiliza nas formas em que cada grupo social o percebe, delimita e divide, construindo territórios marítimos. Essas formas territoriais são construtos significati-

vos e complexos das culturas marítimas, que se constituem de maneira muito específica a partir do estilhecimento dos pescadores em unidades de trabalho que se distanciam para pescar, as tripulações dos barcos. Nesse processo, a imensidão do mar, e a sua aparente infinitude são minimizadas pela divisão do meio em "mares" e pela organização e agrupamento dos pescadores em *botes*.

Um dos pressupostos deste trabalho é de que a realização material e objetiva dos processos de exploração da natureza também se constitui de elementos aparentemente abstratos, intelectivos ou se se quer, menos concretos do que a tecnologia ou o capital (Godelier 1974 e 1984). Desta forma, a noção de cultura marítima aponta para a existência de noções e princípios que estão além do momento da produção e que também a antecedem, perpassando a ordem social, a lógica e os valores das sociedades de pescadores marítimos.

A noção de *lugar* não só é importante na constituição da experiência pesqueira no que se poderia chamar a sua dimensãoêmica, como do ponto de vista analítico, porque falar de espaço é falar de algo amplo, imenso, indiviso como o mar ou como o céu quando se o chama de infinito. O *lugar*, a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como no espaço social é que lhes confere essência, significado e transcendência. É localmente que nos situamos e é localmente que as coisas acontecem. Sob este aspecto, a etnologia francesa é rica em peças etnográficas que enfatizam a importância do *lugar* na constituição e na expressão dos fenômenos culturais (Verdier, 1979; Petonnet, 1979 e Favret-Saada, 1979). Esta tradição etnográfica utiliza a noção de *lugar* como a conjugação do tempo, do espaço e do sentimento (Ostrowietzki, 1990), tornando-a heurística e essencial à compreensão dos contextos em que os fatos acontecem.

No seu trabalho sobre práticas de feitiçaria no campesinato francês, Jeanne Favret-Saada (1979) conclui pela existência de uma teoria local ("théorie locale") do mundo, como o conjunto de noções, práticas e sentimentos que se conjugam na organização de mundo e na retórica em que os camponeses do Bocage definem e justificam curas e feitiços. A noção de lugar é central aos conceitos analíticos de "teoria local" de "conhecimento local" (Geertz, 1983) e de "cultura" (Sahlins, 1979), sobretudo para a compreensão dos fenômenos na sua diversidade que é também local.

ESPAÇO E ORDENAÇÃO DE MUNDO

Durante muito tempo, os estudos que incorporavam, do ponto de vista social, a percepção e a organização do espaço na ordenação de mundo dos grupos a que se referem no seu relato científico, deixaram escapar (talvez por temer o seu componente "biologizante") uma das suas expressões mais vivazes que é a de territorialidade (Petonnet, 1979; Hirschon e Gold, 1982).

Tomemos territorialidade como os processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes. Trata-se de uma significativa dimensão do comportamento humano que se orienta implicita e explicitamente para apropriar-se do espaço e dividi-lo em territórios fazendo deles *recursos* com o seu interesse, a sua ação e os seus esforços para mantê-los (Godelier, 1974). Esses territórios tanto podem corresponder a realidades geográficas concretas quanto a representações que freqüentemente se estendem às relações sociais, na medida em que a territorialidade humana encompassa amplo leque de dimensões como status, identidade e prestígio, não raro podendo constituir-se em ordenações simbólicas em cujo bôjo se dão relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia.

A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo *lugares*. Estes comportamentos levam a fenômenos da ordem da ocupação e da posse, de exclusão, de distanciamento e de pertencimento que constituem elementos fundamentais a cada cultura e a todo ser. À diferença portanto, do mundo animal em que a territorialidade é biologizante, "positiva" e sugere defesa combativa e agressão física, o tratamento

humano do espaço se expressa em formas às vezes complexas de comportamento em certas condições e em termos específicos que são também a expressão da sutil relação homem-lugar (Petonet, 1979).

Dessa perspectiva, a representação de espaço é uma expressão fundamental da organização social, fornecendo referenciais que propiciam a ocorrência de outros comportamentos. Sendo o homem um ser que interpreta e compreende constantemente a si mesmo e aos outros na interação social, serve-lhe o tempo e o espaço como pré-concepções para pensar a natureza, o mundo que constituirá no seu confronto com ela e as relações em que entrará com outros indivíduos nesse mesmo processo. E é nos modos como se movimentam, se articulam e se situam em termos espaciais e temporais, que os homens se distanciam e se aproximam, pertencem ou se excluem, construindo as organizações sociais em que vivem.

A sobre-determinação do espaço e do meio natural sobre as práticas sociais em vista dos níveis de desenvolvimento tecnológico dos grupos humanos é um tema de grande relevância para a antropologia. No seu estudo sobre as variações sazonais entre os esquimós, Mauss (1974:241) já dizia que "uma organização moral, jurídica e religiosa é necessária junto com o meio natural, para que o homem possa viver em sociedade." Temos aí a sugestão clara de que o meio natural e as condições de exploração da natureza ditam termos à sociedade.

Outra análise também clássica sobre as dimensões ecológicas e estruturais de que se compõe a experiência humana da exploração da natureza, é a de Evans - Pritchard (1978). Tratando da percepção do tempo entre os Nuer ele fala das dimensões que esta noção assume naquela cultura: a ecológica e a estrutural. O "tempo ecológico" estaria expresso na prática social compondo-se em atividades coordenadas ou cooperativas (p. 121) determinadas por fatores naturais. O "tempo estrutural" seria constituído da dinâmica das relações sociais relativas a essa noção. A identificação dessa dimensão da temporalidade dos Nuer pode ser transposta com relação ao modo como os pescadores pensam o espaço e regulamentam o usufruto dos territórios marítimos.

Nos processos de incorporação do espaço, um dos elementos que se expressa recorrentemente é a regulamentação do acesso, que em se tratando do espaço produtivo, não raro se

realiza em formas concretas e simbólicas de apropriação, cujas regras e códigos de estabelecimento e de manutenção se encontram no tecido da cultura e da ordem social e constituem uma linguagem, a linguagem do espaço (Petonet, 1979). Esse modo de comunicação perpassa a sociedade, expressando-se em formas e fenômenos da ordem do espaço físico e do espaço social, passando para a sociedade uma série de mensagens como apropriação, acesso restrito, identidade, continuidade, hospitalidade, sociabilidade e isolamento enquanto parte da capacidade do homem de comunicar-se de forma simbólica. Em estudos sobre sociedades em sua relação com o meio natural, Pierre Bourdieu (1958) e Maurice Godelier (1974 e 1984), dizem que o estilo particular das relações sociais em cada contexto cultural só é compreensível com referência a modos também específicos de relação com a natureza que o homem constrói e pelos quais é construído. As sociedades por eles exemplificadas, os camponeses argelinos e os pigmeus Mbuti respectivamente, não se caracterizam tanto pelo primitivismo tecnológico como por um alto grau de dependência do meio e do clima (que não deixa de decorrer do baixo desenvolvimento das forças produtivas). No confronto com o espaço, a riqueza e a multidimensionalidade das relações humanas é considerada uma forma de compensar estes dois fatores e de impulsionar o homem ao domínio do meio.

No caso do campesinato argelino que vive num meio desértico e hostil, o princípio orientador da adaptação do homem à natureza e da obtenção da subsistência e da reprodução da sociedade é a indivisão. Através das diversas maneiras em que ocorre essa forma de relação com a natureza, a coletividade se defende da imprevisibilidade e da apropriação individual. Nesse mundo idealmente indiviso como o mar que me interessa, tudo reside nas relações do homem com o espaço que lhe cabe que, ao inspirar sentimentos de honra e de reciprocidade, terminam por conduzir a um certo equilíbrio das formas de negociação e das relações dos homens na sociedade. Ali, sob a aparência de distribuição desordenada e de esbanjamento do espaço pela ausência de formas contínuas de apropriação, a territorialidade de cada tribo é construída a partir de toda uma rede de contratos e pactos sociais.

Considerando o espaço e o tempo não só como noções abstratas mas como elementos da intelectualidade humana que

orientam a própria situação do homem no mundo e que se realizam na ação social, vejo também pertinente a esta reflexão a leitura de Godelier (1974) sobre o espaço como instância de contacto e de confronto do homem com o meio em que vive, com finalidade produtivas. Trata ele da etnografia de Colin Turnbull sobre os pigmeus Mbuti e sobre as suas relações com a natureza. O que aparentemente é um relato de práticas económico-religiosas, na verdade trata de um fenómeno da ordem da espacialidade, em cujo interior ocorre o contacto de dois mundos, o da sociedade dos homens e o da mata. Nesse estudo, Godelier define território como a parte da natureza e do espaço pertencente a uma sociedade que distribui entre os seus membros os recursos oferecidos por aquele meio com vistas à sobrevivência. Assim o meio se torna recurso, ao poder satisfazer necessidades humanas e sociais e ao se reproduzir em outras dimensões da vida social. O recurso é o meio pensado, classificado, passível de usufruto, o que por sua vez se dará em articulação com outros processos sociais, em fenómenos e relações históricas. Os pactos, acertos e formas de mediação implicados nas diversas formas sociais de apropriação da natureza se viabilizam, na visão de Godelier, em primeira instância por uma interpretação, certa percepção intelectual que cada sociedade tem do mundo que a rodeia, sendo possível combinar esses elementos com os meios materiais e os acordos sociais necessários para atuar sobre a natureza, pondo-a a serviço da sua reprodução física e social. Entre os Mbuti, que mantêm formas rituais de comunicação com a mata, formas de troca, de prestações do homem para com a natureza, o cumprimento desses códigos lhes premiarão com caça abundante e harmonia social, afastando a discórdia, a escassez e a morte (Godelier, op.cit.:29).

Na sociologia da Argélia, Bourdieu, analisa a razão de ser das complexas formas sociais emergentes naquele meio desértico, no contexto colonial, e identifica na ordem social as formas que a reciprocidade assume numa situação de ajustamento em que o homem consagra a sua inteligência à elaboração das suas relações com a natureza, num tipo de sociedade. Nessa interpretação, evidenciam-se relações de prestígio, de fidelidade e de igualdade num modo de exploração em que a relação do homem com o meio é mediada por códigos simbólicos em que a dádiva do respeito e do bom trato para com a terra propiciam boa

colheita e o cumprimento dos acertos sociais leva à paz entre os homens, viabilizando a reprodução da vida. Entre os Mbuti e os "Khammés", assim como entre os pescadores, os fenómenos da ordenação espacial exprimem sentimentos de identidade que se realizam em atos de hospitalidade e de generosidade ou ainda de rejeição e de agressividade, no que Petonnet (1979) chama "o vocabulário do espaço" e que caracterizam formas de pacto social expressas num contínuo de atos gratificantes ou punitivos, da ordem da reciprocidade (Sahlins, 1972 e 1979).

O que me parece é que noções fundamentais como tempo e espaço e os fenómenos em que se expressam são construídos e absorvidos pela sociedade em termos também dos recursos e dos imperativos do meio natural com que o homem interage e que, sem ser adaptativos, ecoam e se atualizam na vida social.

NO CONTEXTO DA PESCA

No âmbito da pesca, o tempo e os espaço são noções fundamentais à lógica e à estrutura da produção, elementos essenciais ao desempenho do trabalho, constituintes universais do que se tem chamado a "cultura marítima" (Faris, 1972; Smith, 1977; Mollat, 1979; Diegues, 1983; Maldonado, 1986;). No mar, tempo e espaço se entrecruzam com tal vivacidade, que nem sempre se pode identificar com clareza a medida em que cada noção orienta o comportamento tecnológico e a organização social dos pescadores. Entre eles, o tempo humano se articula em grande medida com a temporalidade natural imposta à pesca pela mobilidade dos cardumes e do mar, enquanto nos botes e no desempenho da pesca, a própria hierarquia que caracteriza os grupos pesqueiros se inscreve também num tempo específico, o tempo das jornadas, o tempo da "mestranga", e o tempo da "marcação". Na verdade a percepção, a divisão e a utilização do tempo nas atividades marítimas se articulam com os padrões de trabalho construídos pelos grupos pesqueiros, dissolvendo-se ou melhor, descaracterizando-se na sua distribuição temporal, categorias dicotomizadas pelas práticas da terra, como trabalho-lazer, dias úteis-dias de descanso, e até mesmo dia-noite. As horas de atividade, de captura e de navegação, são determinadas pelos ciclos biológicos das diversas espécies, assim como por disposições outras que muitas vezes são de natureza social, como as dimensões e os equipamentos de que cada grupo pesqueiro dispõe é que determinarão se o acesso ao mar assim como o tempo que passarão longe da terra firme. Os barcos maiores e providos de motor além de muitas vezes contarem com refrigeração e instrumentos eletrônicos de pesca e de comunicação, tendem a absorver tripulações mais numerosas e a alcançar distâncias maiores, permanecendo mais tempo no mar. Os botes menores, geralmente movimentando-se a propulsão natural, têm

menos tripulantes, percorrem milhagens menores e permanecem menos no mar. Mesmo com essas diferenças superficiais resultantes todas de diferenças na tecnologia (que não deixam de refletir também condições sócio-econômicas), à pesca de modo geral se impõe a temporalidade determinada também pela articulação do movimento das espécies (o "tempo" de cada peixe) com os interesses do mercado onde será vendido o pescado. Assim não é raro que os pescadores passem fins de semana e feriados pescando e que numa quarta-feira sejam vistos em terra, bebendo ou consertando redes e botes, por ter sido interessante em termos de "safra" e em termos da presença dos compradores na praia e no mercado, pescar nos feriados, para poder trazer o peixe para terra em dias "úteis" (Andersen, 1979; Cunha, 1988).

Passemos agora ao que, na perspectiva deste trabalho, constitui um dos elementos mais estruturantes das formas sociais que a pesca assume como modo de ser. De maneira generalizada, a atividade pesqueira oceânica vista como a totalidade dos processos de captura, conservação e distribuição e consumo do peixe ocorre, como já foi dito, em dois meios diferentes, o mar e a terra. É recorrente que os pescadores atuem em mar alto, implicando a sua atividade no distanciamento da sociedade e da terra por dias, semanas e até meses. A terra é o seu meio de origem, ambiente físico e social em que as relações se orientam à partir das noções de ocupação, divisão e apropriação, patrimônio, território, em representações que traduzem os diversos estatutos do espaço como objeto social. No mar ocorrem outras formas de expressão da noção que os pescadores têm do espaço.

Sem adotar posturas adaptativas com relação aos diferentes modos de presença do homem, pode-se dizer que entre os pescadores estudados as noções de *segredo* e de *territorialidade* e os fenômenos que se expressam, decorrem em grande medida da construção da sociedade em termos dos recursos e dos imperativos do meio natural com que o homem interage e que encontram eco na vida social. Assim, eu as considero noções fundamentais à lógica pesqueira, à expressão dessa tradição e sobretudo resultantes de configurações ideológicas e práticas que se superpõem e se entrecruzam aproximando-se e distanciando-se umas das outras, às noções de *igualitarismo* e de *competição*,

em dois meios onde se dão coisas diferentes e que são também simbolicamente diferenciados pelos pescadores, o mar e a terra.

Por esse distanciamento que impõe aos pescadores, assim como pelo seu caráter de meio indiviso e pouco propício à apropriação (pelo menos nos mesmos termos da terra), o mar sugere competição, ao mesmo tempo em que a pesca é uma atividade na qual a cooperação e a competência dos participantes constituem também condições da produção. O mar não só inspira risco e conflito como propicia uma certa harmonia entre os homens que estão ali desempenhando tarefas com risco para o instrumental pesqueiro e a própria vida. A sociologia tem inclusive reconhecido esse tipo de afetividade em outras ocupações "extremas" como mineiros, montanhese e homens do deserto, sendo os pescadores e os mineiros os que apresentariam maior incidência de comportamentos da ordem da "comunidade ocupacional" (Salaman, 1971; Davis, 1986).

No caso da pesca, certas formas de camaradagem se constroem no pescar juntos anos a fio, não só igualando-se os pescadores e os róis a que pertencem diante dos muitos riscos e pesadas tarefas comuns, como capacitando-os a uma cooperação também de ordem prática, da ordem do fazer bem, do ser capaz de coordenar tarefas com outros companheiros, sem pôr em risco as suas vidas nem o bote. Esse ideário social através do qual a "camaradagem" se contrói na pesca, passa também pelas noções de autonomia e de liberdade inspiradas aos pescadores pela imensidão e ausência de apropriação e de divisão formal do meio em que produzem, em associação com os mecanismos sociais simbólicos e práticos de auto-representação, de ligação aos grupos primários que são as tripulações dos botes e de formas específicas de distribuição do poder e da autoridade. Este último ponto calca-se na tradição e leva por sua vez ao senso de igualdade que costuma prevalecer entre pescadores e a que me refiro ao falar de práticas sociais como a *marcação*, a *mestrância* e o *bote*.

As reações dos pescadores ao retornar a terra como eu as presenciei na Paraíba e muitos antropólogos e sociólogos as têm registrado nos seus estudos (Johnson, 1979; Mollat, 1979; Acheson, 1981; Diegues, 1983), variam desde o afastamento total dos tripulantes dos barcos no decorrer da estadia em terra a não ser para os preparativos da próxima jornada, até a agressivi-

dade e as bebedeiras, sendo praticamente universal a tendência a partilhar o lazer não só em termos de trégua do trabalho e usufruto de diversões ou de repouso, como de, em igual medida, transportar as temáticas da produção para o espaço e para o tempo do ócio. É habitual que os pescadores não permaneçam em casa durante os intervalos entre uma pescaria e outra, tendendo antes a passá-los nos portos, na beira da praia ou ainda nos próprios barcos com os outros pescadores. Por exemplo, além de referir-se às relações familiares e sobretudo conjugais dos pescadores canadenses como conflituosas e difíceis, os estudiosos daquela tradição interpretam tal comportamento como resultante do desgaste de retomar em sua inteireza o mundo e as relações da terra nos intervalos das pescarias. Assim, descreve-se exemplos de pescadores que após reverem a família, sentem o impulso de voltar aos barcos, à praia, aos companheiros, ansiosos (afirmam alguns) pelo momento de retomar a pesca e de voltar para o mar. O falar de peixes, de botes e pescarias nas horas de descanso não deixa de dar certa continuidade ao distanciamento a que a prática marítima expõe os pescadores levando-os a constituir também por isso um tipo de comunidade ocupacional, uma camaradagem em dimensões várias que vão desde a experiência compartilhada na ocupação comum (o que encompassa riscos, tensões, táticas e competências) até representações simbólicas também compartilhadas pelo grupo como identidade comum. Essa camaradagem e esses senso de igualdade terminam por se estender até o desembarque e à fala dos pescadores sobre si mesmos quando em terra, como se pode ver:

"A pesca só pede união. O difícil é não brigar!"

"A senhora já pensou o que é quatro homens num bote brigando?"

e ainda a frase que é recorrentemente registrada nos estudos de pesca e que ouvi muitas vezes:

"Aqui é tudo um só. É tudo pescador."

A ÉTICA IGUALITÁRIA

Essa ideologia e os comportamentos que informa têm sido considerados na pesca de outros países e entre os pescadores brasileiros (sobretudo nos estudos de Kottak, 1966 e 1982) como *igualitarismo*, traço que perpassa o trabalho no mar e a vida social em terra.

A ética da igualdade, ao ocorrer em contextos sociais como a pesca, se faz ainda mais específica se pensarmos que o distanciamento em que os pescadores produzem tem várias dimensões. Em primeiro lugar os dois meios, a terra e o mar se diferenciam, como já foi dito, pelas formas de apropriação e de divisão historicamente viáveis em ambos e o distanciamento prolongado da terra e os modos de circulação da informação no mar se orientam por óticas e éticas diversas das que prevalecem nas relações de terra. Vale ainda ressaltar que esse isolamento aumenta quando no mar, as frotas ou grupos de embarcações que saem de uma mesma comunidade, se separam, "estilhaçando-se" em botes, em núcleos pesqueiros, unidades produtivas que têm a duração das jornadas de pesca. A questão não é apenas que os pescadores produzam longe da terra, como o fazem de maneira específica, dividindo-se em núcleos de expectativas, de produção e de *segredo*. Nessa medida, os botes se entrelaçam à espacialidade, como os lugares em que se constrói e se realiza o distanciamento da terra em que os pescadores operam.

A coexistência do *igualitarismo* com a estrutura hierárquica que caracteriza a pesca tanto autônoma como industrializada mais uma vez se registra e se problematiza diante da primazia e da autoridade de que usufrui socialmente a pessoa do mestre, sobretudo no contexto da distância, no mundo e nas relações de mar alto. É mais um ponto tenso no texto pesqueiro, mais um momento em que se propicia a retomada da discussão dos conceitos de *igualitarismo* e de liberdade de que estou

tratando. A questão que passa é a medida em que os pescadores são iguais e livres nessa estrutura hierárquica em cujos termos ocorrem as relações na produção. Como é construída, percebida e como se atualiza a pessoa do mestre, representante máximo da ordem hierárquica no contexto igualitário e paradoxalmente competitivo e cooperativo da pesca?

Havendo neste tese um capítulo em que analiso com especificidade os elementos estruturais à mestrança, falarei aqui apenas dos pontos em que esta instituição se articula ou se conflita com o *igualitarismo* e com a liberdade inspirados na unidade terra-mar que se realiza nos dois meios em que os pescadores passam a sua vida. É possível inclusive que retorne algum ponto já levantado neste texto ou que volte a utilizar depoimentos, na tentativa de fazer jús à complexidade e a à riqueza simbólica e significativa dos fenômenos pertinentes à espacialidade dos pescadores.

Podemos começar a refletir sobre a autoridade do mestre, o que a viabiliza no mundo do trabalho, na qualidade de elemento mediador entre esses dois mundos, os lugares de terra e os lugares de mar, na mesma medida em que os xamãs e chefes Mbuti desempenham o papel de mediadores entre a sua sociedade e a mata, viabilizando a caça (Godelier, op.cit.). Essa forma de autoridade não tem como expectativa ou reverberação o medo, a submissão ou sequer a obediência dos pescadores. O que ela objetiva para que a produção possa se realizar é a *cooperação voluntária* e a fidelidade atenta dos pescadores, que assim coadjuvam a pessoa do mestre com o seu próprio comportamento, pois as atitudes cooperativas facilitam a coordenação da ação prática e viabilizam a produção pesqueira tradicional. A relação hierárquica do mestre com a sua tripulação de pescadores "iguais" e "libertos" se constrói e se atualiza em termos que ilustram o seu caráter paradoxal e cuja análise seguirá o rumo da compreensão do fenômeno.

O primeiro destes termos é o zelo pelo *segredo*, a confiança enquanto partilha da informação e do conhecimento sobre a náutica, o meio e a pesca, mas sobretudo acerca das relações que ocorrem a bordo no decorrer das pescarias que mantêm isoladas as tripulações por longos períodos. Assim, o *segredo* de que o mestre é guardião e detentor, tem um conteúdo de informações que podem ser ocultadas ou reveladas em intensidades diferentes,

mas se trata também de feixes de relações morais e afetivas, de acordos éticos da ordem da solidariedade enquanto competência tecnológica e enquanto participação comum no processo de trabalho.

Nessa conjugação, o ideal igualitário se alia ao espírito cooperativo e à coordenação necessários às operações pesqueiras, em proteção ao espaço tecnológico e social do *bote* e à estabilidade da tripulação. A sociologia da pesca interpreta essa conjugação de interesses e de contingências como mecanismos de evitação da desarmonia e da desigualdade, indesejáveis no *bote* e na pescaria (Tunstall, 1969; Nemec, 1972; Johnson, 1979). Dessa perspectiva, o *ethos* de igualdade seria um elemento nivelador de diferenças e conferiria solidez às prestações, na ausência de obrigações contratuais e de apropriação formal ou contínua do mar. E não só isso, igualmente inspira retóricas de igualdade e de fraternidade que se desenvolvem perante a imensidão do mar e diante do perigo constante do afastamento da terra.

Os pescadores vivenciam, expressando-as nas suas práticas e na sua fala, duas éticas, duas tendências que não raro se misturam: a ética da igualdade quando no mar e a bordo dos botes; a outra, a tendência ao individualismo que prevalece na sociedade e nas relações da terra a que também pertencem, e no mercado onde se distribui o pescado. Na volta e na retomada da terra, os conflitos e as tensões acumuladas nos *botes* se expressam e é recorrente nas sociedades pesqueiras que se desenvolvam mecanismos de minimização desses conflitos, voltados para a reintegração dos pescadores ao mundo da terra.

Por exemplo, entre pescadores do Canadá, o fim da estação pesqueira marca um decréscimo nos níveis de interação e de contato entre irmãos que pescam juntos, ao ponto de evitarem relacionar-se quando estão desembarcados. É como se num ato voluntário eles se afastassem para renovar-se e para superar o resultado das demandas afetivas e das tensões dos dias passados nos mar (Nemec, 1972; Andersen, 1979; Stiles, 1972). Comportamento semelhante têm os pescadores portugueses do Algarve que trabalham até seis semanas em mar alto em tripulações de 14 a 25 pescadores (Johnson, 1979) e que antes de retomar a terra sentam-se nalguma taverna para uma grande refeição ritual em que os pescadores continuam agrupados como na pesca.

Come-se do que se pescou, toma-se muito vinho e durante essas "caldeiradas" troca-se informações, brincadeiras e acusações, ouvindo-se irromper gritos de "mentira!", "roubalheira!" entre risadas, até que alguém diz "ora pois, é hora de ir pra casa", dispersando-se todos para só se reverem nos preparativos para a próxima pescaria.

Entre os ilhéus de Trobriand, Malinowski (1984) registrou na sua extensa etnografia, cerimônias rituais de preparação para as expedições marítimas, em que os nautas exortam a sociedade de terra de que se estão afastando e sobretudo as suas mulheres a não os traírem e a se manterem no trabalho, à espera de que voltem.

Atitudes semelhantes assumem os pescadores de Ponta de Mato que após fundear seus barcos na laguna que fica entre a praia e os recifes à volta das pescarias que duram cinco a seis dias, sentam-se para "tomar uma" (beber aguardente) no bar que existe no local, havendo muitos que só depois de embriagados, voltam para casa. Suas mulheres e filhos os esperam na praia e levam para casa o peixe que lhes cabe, tanto por costume como num movimento afetivo bastante disseminado nas comunidades pesqueiras, a partir da demora dos homens no mar. Durante as bebedeiras há brigas, risadas, compara-se a produção de cada *bote* e os pescadores como que aliviam as tensões acumuladas naquela pescaria.

Praticamente todos os relatos etnográficos de comunidades que pescam registram a tensão em que implica cada jornada de pesca, em que os pescadores reproduzem a estrutura dos *botes*, afastando-se da terra, a caminho do mar alto. Isto me leva a repensar o igualitarismo como elemento decorrente desse imperativo do meio, o distanciamento, como uma das condições de trabalho no mar e como expressão ideológica da percepção espacial dos pescadores. O que ocorre na pesca, é uma forma de conjugação do "igualitarismo individualizante" das relações sociais que os pescadores vivenciam na terra com o igualitarismo hierárquico que dita os termos nas jornadas de trabalho.

A dimensão que se possa perceber na coexistência da ética hierárquica e da ética igualitária vai depender do viés que se escolha para pensar o fenômeno. No âmbito da antropologia, esses conceitos (Dumont, 1983) podem ser utilizados para pensar duas ordens e fenômenos, para referir-se a duas teorias da

igualdade que ele chama de teoria liberal e teoria socialista. A primeira corresponde ao igualitarismo moderno que consiste no ideal de igualdade de direitos e de oportunidades, não raro subsumido à ética individualista. Esta forma de igualitarismo não irmana os homens em termos solidários, implicando antes no merecimento das oportunidades e espaços que há para aqueles que os alcançarem pela vida morigerada e pelo trabalho árduo e competente.

A outra teoria da igualdade, a teoria socialista, se refere antes à igualdade factual que ocorre em concretudes históricas como na abolição da propriedade privada ou na conquista de direitos no trabalho. Pela comunidade de bens, o ser social seria outro, e a sua sociedade mais hierarquizada, mais igualitária e menos individualista.

A subsunção teórica da igualdade à ética individualista se relativiza quando se pensa o universo pesqueiro, na medida em que este se articula com a hierarquia, sendo inclusive um dos elementos que a viabilizam. No mar, o igualitarismo se inspira na identidade dos pescadores e na natureza cooperativa da produção marítima que se constroem em estreita proximidade. É da ordem simbólica na medida em que os pescadores se representam como iguais e libertos diante da imensidão do mar e dos riscos que pode haver por trás de cada onda ou a cada ventania que se avizinha no mar alto. É da ordem prática na medida em que os pescadores precisam "igualar-se" para aprender a pescar bem, a desempenhar cada um a sua tarefa sem confundir nem deixar enredar-se linhas, covos e redes, sem perder o prumo das velas na hora do vento bom, sem perder o tempo e sem errar o momento de empinar o bote na crista das ondas altas. Esta é uma das expressões (ou uma das resultantes) da irmandade que os pescadores afirmam existir entre eles, a *cooperação* que por sua vez viabiliza a náutica, informa a pesca e confere aos pescadores a liberdade que acreditam ter e que, como a *igualdade* se inspira na imensidão e na mobilidade do mar. Mais um ponto fundamental da experiência pesqueira se evidencia aqui, se pensarmos que a amplitude e a indivisão do mar são relativizadas pelo pequeno mundo em que cada tripulação opera e se relaciona, os *botes*. Estes, por sua vez, dentro das possibilidades técnicas e dos seus acertos produtivos irão ocupar e explorar os territórios construídos pela comunidade a que pertencem.

Nessa medida, a indivisão termina por gerar territorialidade e competição, imprimindo dinâmicas específicas ao campo tecnológico e social dos pescadores; inclusive ao modo de como eles se comunicam e distribuem a informação de que depende também o acesso aos espaços produtivos, os "pesqueiros" ou "pedras".

Esta divisão do mar também se apoia nos processos de circulação da informação. Como competidores por um produto que se encontra num meio de posse comum, aos indivíduos e aos grupos de trabalho é interessante saber muito sobre os outros, suas rotas, sua pesca e os seus planos para cada estação. Tais informações não são de acesso fácil nem aberto, criando-se estratégias da ordem do conhecimento e da informação para obtê-las. Pode-se mesmo afirmar que o gerenciamento efetivo do meio e da produção dependem de um gerenciamento também efetivo das informações.

Na pesca a *igualdade* se realiza em articulação com a *cooperação*, com a liberdade e com a indivisão do meio, o que, na ausência de marcos visíveis ou termos formais de posse, conduz os pescadores a esforços cognitivos e de elaboração da territorialidade que lhes são específicos. Nessas formas de percepção o mar é o referencial ideológico onde os homens se igualam e o meio aparentemente indiviso que eles, no entanto, precisam mapear para poder pescar:

"Ali (no mar), é tudo um só. É tudo pescador."

"Isso aí (com um amplo movimento do braço em direção ao mar) não é uma coisa só e nem podia ser. Cada localidade tem seus mar e cada mar tem seus lugar. É que nem o caçador numa mata. A senhora veja bem que num é uma mata só. Pro caçador tem uma mata aqui, outra acolá e ele é quem sabe onde tá as mata e onde tá a caça. Pescador é a mesma coisa. Só que mais experienciado. A mata tá no seco e não se bole dali. O caçador vai e volta, e ela tá ali. O mar não..."

"Botou a proa pra fora, pronto. É tudo igual."

Como se pode depreender destes depoimentos, os pescadores percebem através da divisão do mar, do mapeamento do espaço e do usufruto temporário de pontos de abundância, a indivisão com que se deparam ao explorar recursos marinhos. Esta *indivisão*, longe de propiciar esbanjamento ou confusão na ausência de apropriação formal e individual da natureza, inspira ao homem, (no caso aos pescadores), formas territoriais bastantes complexas de uso do meio. Para manter-se a *indivisão*, é preciso dividir. Para competir pelos *lugares* no espaço a que se tem acesso, é preciso igualar-se e cooperar.

Os pescadores marcam um aspecto fundamental ao fenômeno da igualdade: o de que ele ocorre num determinado lugar, o espaço produtivo e acima de tudo marítimo, onde se é pescador. Porque é preciso primeiro ser pescador para "botar a proa pra fora" e igualar-se aos outros. A hierarquia que marca a organização da pesca e as relações no mar alto se apoia em grande medida nesse *igualitarismo*, nessa disposição dos pescadores à igualdade, à fidelidade e à *cooperação*, uma vez saindo para o mar, uma vez sob a égide do mestre.

Nesse processo, a moralidade que orienta espacialmente os pescadores conferindo-lhes a capacidade de construir *lugares*, organiza-os também socialmente ao nível do *igualitarismo* e da hierarquia. A noção de lugar no *bote*, na estrutura da produção, me leva a ver em primeira instância a hierarquia presidida pelo mestre. Para ele, no entanto, é indispensável que os seus pescadores sejam (ou se façam) iguais para que o *bote* possa se realizar na ordem prática e do ponto de vista simbólico e moral. Sobre isso, dizia-me Mestre Guju, falando das relações dos pescadores durante as pescarias,

"Dá certo, sim senhora. Lá fora tem que dar certo porque lá é tudo igual".

A igualdade parece ser a condição da hierarquia e da mestrança que por sua vez se realizam no espaço marítimo, no tempo da pescaria.

"No bote dá certo. O mestre enfrenta o que vier e dá certo. Na praia, os camarada desembarcado, eu digo a senhora, podem até se ma-

tar que eu não me meto, mais lá fora, me acredite, tem que dar certo. É na igualdade"
(Pedro Marêta)

"Brigar num dá certo não. Se brigar, morre tudinho" (Liberato).

Ouvi várias vezes falas como estas de mestres que situavam enfaticamente a importância da *igualdade* e da *cooperação voluntária* dos homens no enfrentamento com o mar. Esta é tida como a maior prestação do pescador com o mestre e seu maior compromisso com o *bote*.

Esse *ethos* de igualdade que emerge na articulação dos dois meios funciona também como elemento nivelador ou mascarador de diferenças individuais e das diferenças entre outras unidades como as famílias ou as tripulações de uma mesma comunidade que explorem o mesmo ambiente produtivo. É também uma forma de espacialização e de coexistência sob a égide da hierarquia, da competição e da cooperação que marcam a divisão do trabalho no âmbito marítimo. Nessa mesma representação do espaço podem estar embutidas a natureza cooperativa do trabalho e a indivisibilidade do meio, que se organizam em contextos sociais altamente hierarquizados nos termos da harmonia e da fidelidade que devem presidir a pesca para que ela dê bons resultados e para que se lhe minimizem os riscos e conflitos. Sendo a *cooperação* uma disposição moral, pode ser pensada como o *ethos*, como um elemento desencadeador das relações, que dá cor e ritmo aos demais fenômenos viáveis no mar como o *segredo*, a territorialidade, a honra e a "consciência". É como uma vocação, um ideal que viabiliza certas formas de apropriação dos espaços e da natureza.

Grande parte dos estudos antropológicos das sociedades de pescadores marítimos, situa na tensão e na liminaridade constante no binômio terra-mar com que os pescadores convivem, o "particularismo da gente do mar" e o "espírito dos pescadores" (Kottak, 1966; Mordrel, apud Diegues, 1983). Estes estudos tendem a descrever e analisar o particularismo marítimo no âmbito simples, em que a transmissão do conhecimento e a distribuição da informação se dão oralmente sem a mediação de instrumentos eletrônicos e num contexto tradicional pela

familiaridade e pelo *segredo*. No entanto, nem sempre a pesca tradicional se encontra isolada da pesca moderna, feita em moldes industriais. É importante atentar-se para os movimentos da pesca tradicional, hierárquica e simples na sua articulação não só com as políticas e os mercados através dos quais se viabiliza a sua reprodução, como com a pesca industrial onde predominam a competição, o individualismo e a sofisticação tecnológica.

No que concerne, por exemplo, à circulação da informação, as novas tecnologias têm o seu impacto na questão do gerenciamento da produção e da adaptação social aos dois meios e sua articulação, modificando a dinâmica e a forma das relações entre os tripulantes dos botes, os mestres e a terra firme. Estudando pescadores de arenque da Noruega que produzem como pescadores independentes ou autônomos porém num contexto moderno, instrumentalizado eletronicamente, em botes grandes, com tripulações de até vinte pescadores, Frederick Barth (1966) identifica o mestre como o mediador entre a sociedade de terra e os grupos no mar, mostrando como ele controla as relações a bordo e a circulação da informação entre os homens e sobre os homens. Durante as jornadas, o mestre costuma ficar na casa do leme, estando o rádio noutra espaço do convés. No decorrer da pescaria, o bote se comunica com outros da mesma frota e com a terra, sempre sob a tutela do mestre que deve cuidar para que a informação relevante para os seus pescadores seja mantida sob reserva, estabelecendo diálogos cifrados e reticentes em que objetiva apreender o que se passa nos demais botes, sem no entanto revelar seus próprios movimentos ou a captura do pescado. No decorrer das três ou quatro semanas habituais de permanência no mar, é costumeiro que um a um, em momentos diferentes, os pescadores venham à casa do leme onde conversam com o mestre, ouvindo-lhe as instruções, tirando dúvidas e informando-o do que se passa, se diz e se observa no espaço do barco. Como este, muitos comportamentos específicos de mar alto têm sido descritos nas várias etnografias feitas da Terra Nova ao Brasil, entre pescadores simples e na pesca industrial, que não deixam de ocorrer também à distância da terra, só que em relações informadas por óticas e expectativas diferentes. A pesca industrial reproduz muito mais do que a pequena produção, as formas de divisão do trabalho e de apropriação do espaço que vigoram no capitalismo e em cujos termos a terra e suas formas de

apropriação têm sido pensadas. Não obstante, o capitalismo e a pesca industrial não escapam a certos imperativos do meio marítimo, sendo também pesqueiras e muito específicas as formas e as tonalidades que as relações e os fenômenos sociais assumem no seu bôjo que em termos comparativos ou ilustrativos são trazidos a este texto.

Numa configuração como esta se evidencia também uma ordem social altamente hierarquizada que se faz inspirar pela imensidão, pela indivisibilidade e pelos riscos inerentes ao mar e ao mesmo tempo pela competição, pela liberdade e pelo individualismo nas relações de terra e pontuada pela tensão de viver em dois meios diferentes. A par com o risco de vida e de acidentes a que o pescador se submete a cada jornada, soma-se a tensão em que implicam o distanciamento da terra, e a sua retomada ao fim de cada pescaria.

A NOÇÃO DE RISCO

Falar-se do risco inerente à pesca marítima é tocar numa noção central ao trato do espaço sob que vive e se reconstrói socialmente a tradição pesqueira, entre o mundo da terra e o mundo do mar. Falar de risco vai nos levar a atitudes marítimas (Kottak, 1966; Mollat, 1979; Poggie Jr., 1980; Pálsson, 1989) com relação aos perigos e às incertezas da pesca, com relação à sensação de liberdade e ao mesmo tempo de vertigem que causa aos pescadores a amplidão do mar.

Ao ter que incorporar o *risco* e o medo cotidiano ao seu modo de ser, a ordenação existencial dos pescadores gera comportamentos muito significativos e de importante conteúdo simbólico, sendo os fenômenos em que se expressa constitutivos de várias tradições pesqueiras (Firth, 1946; Barth, 1966; Kottak, 1966; Mollat, 1979; Malinowski, 1984). Não é demais lembrar ao pensar os pescadores, que o distanciamento mais ou menos prolongado da terra e os modos de circulação da informação e das pessoas se fazem orientar por éticas diferentes das que prevalecem nas situações de terra. Daí poder-se falar de atitudes marítimas ou de "maritimidade" diante de certos traços ideológicos e comportamentais dos pescadores. No seu estudo sobre os argonautas do Pacífico, Malinowski (1984) toma os rituais praticados quando da construção dos botes e da saída dos mesmos para o mar, como expressão de uma "atitude emocional dos nativos" com relação às suas canoas. Segundo as suas referências, essa atitude de ritualização, que revela a realidade etnográfica mais profunda daquela sociedade, se recobre de tensão em vista do risco de desastres e dos conflitos interpessoais com relação à sociedade que deixam atrás de si ao sair a navegar. Em Trobriand, além dos rituais de preparação das canoas e de organização das viagens que objetivam minimizar perigos à vida e às relações dos trobriandeses, destacam-se comportamentos